

## ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: AS EXECUÇÕES SUMÁRIAS EM SÃO PAULO - MAIO DE 2006

Francilene Gomes Fernandes<sup>1</sup>

### Resumo

O presente texto tem como base a pesquisa de TCC, apresentada no curso de Serviço Social em São Paulo, intitulada ***Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem fim um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos***. Objetivei contextualizar os acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo em *Maio de 2006*. Naquela ocasião, entre os dias 12 e 20 de maio, 493 pessoas foram mortas por arma de fogo e outras 4, passados quatro anos, encontram-se desaparecidas. Tais desaparecimentos ocorreram sob fortes indícios de participação de policiais da ROTA-Rondas Ostensivas Tobias Aguiar. Centenas de jovens foram dizimados nestes dias de barbárie, em sua maioria, executados sumariamente. Tive como norteador da pesquisa os princípios fundamentais de nosso código de ética profissional, a defesa Intransigente dos Direitos Humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

**Palavras Chaves:** Violência, Polícia Militar, Execuções Sumárias

### **Abstract:**

This text is based on the research of TCC submitted in the course of social service in São Paulo, entitled ***Missing May 2006: a neverending story a challenge for social service in human rights perspective***. Objetivei contextualize the events in the city of São Paulo in May 2006. At that time, between the 12th and 20th may, 493 people were killed by firearms and other 4, four years, are missing. Such disappearances occurred under strong evidence of involvement of police ROUTE-Rounds for overt Tobias Aguiar. hundreds of young people were decimated in these days of barbarism, mostly run summarily t. ive search as guiding principles of our code of professional ethics, defending human rights and the refusal of will and authoritarianism.

**Keywords:** , Military police Violence, executions

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. .... julinhayoung@uol.com.br

## INTRODUÇÃO:

O presente texto tem é produto da pesquisa *Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem Fim um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos*, apresentada na Faculdade de Serviço Social da PUCSP no TCC, em 14 de dezembro de 2007.

Realizada em conjunto com a então graduanda Adriana Szmyhiel, a pesquisa objetivou contextualizar os acontecimentos ocorridos em São Paulo em *Mai de 2006*. Naquela ocasião, entre os dias 12 e 20 de maio, 493<sup>2</sup> pessoas foram mortas por arma de fogo e outras 4, passados quase quatro anos, encontram-se desaparecidas. Dentre as vítimas desse massacre, meu irmão, Paulo Alexandre Gomes, de 23 anos, encontra-se desaparecido desde 16/05/06.

Frente a esse contexto, buscamos entender, naquela pesquisa, qual foi a ação do Serviço Social em três instituições que lidam com situações de violência, e que, na ocasião, atenderam familiares de vítimas deste episódio. Como resultado, identificamos que tais instituições responderam a essa demanda de forma distinta, com ações desarticuladas e tímidas que demonstraram, muitas vezes, fragilidades no enfrentamento da questão. Naquela pesquisa, o objeto de nossa pesquisa foram as vítimas que encontram-se desaparecidas.

Discutimos que o desaparecimento de pessoas não é um fato novo; para isso elaboramos um resgate histórico destas situações, durante os regimes ditatoriais na Argentina (1976 -1983) e no Brasil (1964 -1985). A metodologia do *desaparecimento forçado* continuou a ser utilizada por agentes do Estado autoritário; que o poder autoritário se dissemina na contemporaneidade, assim discutimos o papel dos representantes do Estado, a ROTA-Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, tropa de elite da polícia paulista, que saiu às ruas naqueles dias à caça de criminosos, executando dezenas de jovens.

Diante dessa problemática, a fim de legitimar nosso entendimento de que é imprescindível que nós, profissionais assistentes sociais, nos apropriemos destas discussões acerca da violência, faz-se necessária elencarmos dados alarmantes.

---

<sup>2</sup> Segundo dados do levantamento realizado pelo CREMESP – Conselho Regional de Medicina de São Paulo, publicados no livro, “Crimes de Maio”, do Condepe – Conselho Estadual de Defesa da Pessoa.

Segundo o Mapa da Violência de 2006 <sup>3</sup>, as taxas de *violência homicida* continuam extremamente elevadas. Em nível internacional, entre 84 países do mundo, o Brasil, com uma taxa de total de 27 homicídios em cem mil habitantes, ocupa a quarta posição no ranking, só melhor que a Colômbia. “As taxas de homicídio de 2004 são trinta ou quarenta vezes superiores às taxas de países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Japão ou Egito.” (WASELFISZ, 2007:123).

Refletindo sobre o enfrentamento da questão, em termos de políticas sociais e da ação do Serviço Social, entendemos que algumas características da “violência homicida”, segundo o sociólogo Julio Jacob Waiselfisz, devem ser consideradas:

- As vítimas de homicídio são preferencialmente jovens.
- É na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem maior expressividade”. Na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, apresenta taxas entorno de 65 homicídios por cem mil jovens.
- Na faixa da minoridade legal, dos 14 aos 17 anos, que os homicídios vêm crescendo “em ritmo assustador”, com pico nos 14 anos. Na década 1994/2004, cresceram 63,1%.
- A grande maioria das vítimas de homicídio é do sexo masculino (92,1%), em todas as unidades federadas.
- As taxas médias de homicídios ocorridos de 2002 a 2004, mostram que há no Brasil 10% dos municípios com as maiores taxas de homicídio, de 29,7 até 165,3 homicídios em cada cem mil habitantes. Muitos destes municípios, pertencentes ao Estado de São Paulo.

No que diz respeito a população jovem, cabe destacar que o Estado de São Paulo, em 2004, ocupava o 9º lugar no ranking brasileiro nas mortes de jovens por homicídio. Nossa taxa era de 56,4 jovens mortos por este tipo de violência, a cada cem mil habitantes.

Segundo Acquaviva e Isoldi <sup>4</sup> (2002), em São Paulo, a remoção dos pobres é sutil, surda e crescente. Eles estão confinados nas periferias, onde não se pode vê-los, tampouco podem ser presenciadas suas mortes. “Parece que são homens destinados a morrer, vidas nuas, sem valor” (*ibid.*,:84)

<sup>3</sup> Mapa da Violência dos municípios brasileiros, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, editado em 2007 pela Organização dos Estados Ibero - Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura ( OEI ), com o apoio do Ministério da Saúde do Brasil,

<sup>4</sup> Profissionais Assistentes Sociais que elaboram uma pesquisa financiada pela FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo que objetivou conhecer as demandas das famílias vítimas de violência para consolidação de política pública de atenção.

É imprescindível compreendermos a violência para além da sua associação à pobreza. O assistente social precisa se apropriar da discussão deste fenômeno com vistas a qualificar seu trabalho de atendimento à população.

A população mais pobre da cidade, vítima privilegiada da violência vermelha e da violência branca, está presente o tempo todo no trabalho do assistente social que quase nunca é capaz de perceber que nas entrelinhas da fala ou da falta de brilho no olhar daquele que o procura, esconde-se uma vida marcada pelo medo e pela violência, em busca de recriação. (“*ibid.*”,86)

É nesse contexto de barbárie, que dizima cotidianamente a vida de pessoas - em sua maioria, homens jovens, negros, pobres e moradores de periferias – que ocorreram os Crimes de Maio de 2006, marcando uma das maiores, se não maior, violação de direitos humanos em pleno Estado Democrático de Direito. Com vistas a resgatar o histórico deste mês sangrento faz-se necessário desvelar alguns aspectos.

## **2- MAIO DE 2006 – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

A compreensão das violações de direitos humanos ocorridas em Maio de 2006, supõe o resgate de dois aspectos importantes que circunscrevem o contexto histórico daquele período. Não se trata de destacar os fatos difundidos pela imprensa naquela ocasião, pois tais argumentações tendem a atribuir toda a barbárie ocorrida ao PCC, justificando ainda o revide da ação policial. O fato que deve ser destacado é que ao PCC atribui-se o comando de rebeliões em 82 presídios e 43 mortes, de um universo de mais de 400.

Os denominados “ataques” começaram a ser noticiados pela mídia por volta das oito horas da noite do dia **12 de Maio** e tiveram continuidade ao longo daquele fim de semana, sobretudo no dia das mães.

Durante o dia **15 de Maio**, os ataques prosseguiram até a madrugada. Segundo os registros da época, cinco mil dos 15 mil ônibus da frota de São Paulo saíram de circulação e vinte foram incendiados à noite. Naquela data, 11 agências bancárias foram atacadas.

Na noite de segunda-feira, 15 de Maio, apesar do comandante geral da PM, coronel Elizeu Éclair ter se pronunciado publicamente dizendo que estava “tudo sobre controle”, a terceira maior cidade do mundo ficou deserta e teve, com certeza, o maior índice de mortes por arma de fogo em uma só noite, na história do Brasil. Sob a égide de um Estado repressor, dezenas de jovens foram executados na noite de 15 de maio de 2006. Naquela data, deram entrada nos IML’s do Estado, **117 corpos**.



Hoje, infelizmente, sabe-se que é a partir desta data, que a polícia começou a agir deliberadamente. Sob o argumento de garantir a manutenção da segurança pública e devolver a “tranqüilidade” requerida por toda a população, a Polícia Militar do Estado de São Paulo colocou nas ruas todo o seu efetivo de viaturas, inclusive, de suas tropas de elite, Força Tática e ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar).

De fato, tudo começou a parecer mais tranqüilo, no entanto, tal qual ocorrerá no dia anterior, a noite de **16 de Maio registrou 89 óbitos**, em razão de ferimentos por arma de fogo. Mortes registradas no Boletim de Ocorrência como “resistência seguida de morte.”

Os levantamentos realizados por integrantes da “Comissão Especial da Crise da Segurança Pública no Estado de São Paulo constataram que houve fortes indícios de execução sumária nas mortes registradas como homicídio com autoria desconhecida, bem como nos homicídios praticados por policiais registrados como “**resistência seguida de morte**”. Esse tipo de execução pode ser identificado pelo esfumaçamento na roupa da vítima, este só é notado na hipótese de tiro a curta distância.

Outra constatação feita pela comissão é que não houve preservação do local dos crimes por parte da polícia, fato que prejudicou a realização de perícia por parte da equipe de criminalística. Pode-se identificar também que as vítimas, já mortas, foram removidas do local da morte, sendo levadas para os hospitais. “Depois, ao retirar o corpo do local para dificultar uma possível investigação, encenam uma atitude de socorro, uma atitude que transforma os hospitais de São Paulo em esconderijos de cadáver. (...)” (BARCELOS, 1986:170). Segundo este autor, salvo em raras exceções, as vítimas, realmente, não chegam feridas ao hospital, mas sim mortas. “Alguns corpos até já apresentam rigidez cadavérica, sinal da morte ter ocorrido há mais de três horas”. (*ibid.*,: 171).

Fato muito importante a ser aqui destacado diz respeito aos locais onde ocorreram as mortes e os desaparecimentos destas pessoas. A maioria dos crimes aconteceu nos bairros pobres da periferia de São Paulo. Locais onde o Estado é ausente, regiões que representam setores censitários de índices que variam de vulnerabilidade social alta, e muito alta, onde constata-se **baixa renda dos moradores, baixo nível de escolaridade, chefes de domicílio muito jovens e a presença significativa de crianças, além de serem regiões dominadas pelo tráfico de drogas.**

Ainda no que se refere a Maio de 2006, as dimensões deste trágico momento de São Paulo, se refletem até mesmo nas estatísticas sobre o evento. Enquanto o CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) contabiliza **493 mortes** entre os dias 12 e 20 de Maio, o Ministério Público atua com o número de **243 mortes**,

relacionadas efetivamente a referida semana. Por sua vez, a Secretaria de Segurança Pública assume somente **140 casos**, aqueles que foram registrados como resistência seguida de morte.

Consideramos que a estatística mais contundente sobre Maio de 2006 é a divulgada pelo Observatório das Violências Policiais<sup>5</sup>,

**194** mortes atribuídas a agentes policiais,

**33** mortes de autoria da ROTA

**161** por policiais da Força Tática, policiais civis, policiais militares e pessoas encapuzadas.

### **3- VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: A AÇÃO POLICIAL**

A ideologia repressora se enraizou no contexto ditatorial, não teve fim com o término da ditadura. Do contrário, se disseminou, ao longo das últimas décadas, agregando elementos próprios do contexto além de valores culturais. Em Maio de 2006, de novo, são agentes do Estado que possuem legitimidade para matar, exterminar, tirar a vida de outro ser humano e fazer desaparecer o corpo, visto que sem este não existe crime. Tal legitimidade, ao longo dos últimos anos, vem ganhando força, se pensarmos que temos uma política de extermínio dos pobres. Os Crimes de Maio evidenciam essa premissa. Neste momento histórico constatamos de forma explícita que a polícia continua matando. Segundo Caco Barcelos, se no período de repressão política ela se baseava em um investigação para selecionar o inimigo, agora, basta uma simples desconfiança, ou para mais além, basta ser pobre, negro, morador da periferia.

(...) os PMs são alunos que aprenderam o pior dos seus professores do passado. Além de terem copiado o método brutal da repressão – o fuzilamento-, ainda conseguem a proeza de desrespeitar a lei do direito à vida de forma mais insana. Enquanto os policiais da repressão política se baseavam em uma investigação para selecionar o inimigo a ser morto, os matadores da PM agem espontaneamente, sem nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança. (BARCELOS, 1992:97)

<sup>5</sup> O Observatório das Violências Policiais-SP é um sítio voltado para a documentação da violência institucional no Estado de São Paulo, revelada pela ação dos Policiais e de outros agentes do Estado contra as populações pobres das periferias urbanas. Contém um banco de dados de casos de violências (chacinas, execuções sumárias, torturas, mortes sob custódia, abuso de poder, injustiças) baseado essencialmente em notícias de cerca de 100 jornais.

Matéria extraída da fonte : [http://www.ovp-sp.org/exec\\_desaparecidos\\_Maio06\\_paulo.htm](http://www.ovp-sp.org/exec_desaparecidos_Maio06_paulo.htm). Acessado em 06/08/2007.

Nos últimos anos, sobretudo em Maio de 2006, temos constatado que a solução encontrada pelo Estado para continuar a exercer medidas de repressão e coerção, sem ser considerado injusto e autoritário, foi e tem sido a de criminalizar a pobreza, atuando de forma extensiva ao local onde os pobres habitam.

Colaborando para o aumento dessas estatísticas, faz-se importante considerar, além de todas as determinações da metrópole e todas as formas de violência em que se apresentam a segregação espacial que vivemos. Esse movimento também é determinado por um amplo projeto segregacionista, que se concretiza no desenho da cidade, em seu urbanismo. As linhas de corte da cidade recaem sobre os corpos das pessoas

Segundo o professor Dr. Paulo Endo, mais de 85% dos moradores do município de São Paulo foram alvos do processo de marginalização e alijamento, causado por uma distribuição espacial que prioriza a periferização. Essas pessoas residem em áreas que não atendem aos critérios mínimos de inclusão social e vivem totalmente apartadas das regiões, onde se concentram os maiores benefícios. Tal distribuição vai demarcando áreas inteiras, sob a égide de interesses políticos, sociais e econômicos.

Nessa perspectiva, se analisarmos os resultados da pesquisa do Cremesp e traçarmos os locais dessas mortes, em sua maioria ocorridas nas periferias, principalmente na região da zona Sul e Leste, com certeza identificaremos que as vítimas são oriundas de locais onde a ação pública é inexpressiva ou inexistente: são vítimas das ilegalidades das ações policiais porque são pobres, negras e moradoras dessas áreas de segregação.

Considerando os resultados de nossa pesquisa, podemos considerar que a classe mais atingida pela “reação” de parte da corporação policial, foi ( e tem sido) aquela menos favorecida, os pobres da periferia. A autora Marilda Iamamoto nos auxilia nessa constatação.

Hoje a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida. (IAMAMOTO, 2003:42)

Elucidando a discussão aqui presente entendo ser imprescindível resgatar o histórico das vítimas de desaparecimento forçado, este, segundo o Ministério Público Federal de São Paulo<sup>6</sup>, significa :

<sup>6</sup> Documento Histórico da atuação do MPF-SP em relação aos crimes cometidos na Ditadura Militar (inclui glossário de termos relativos ao caso).

**Desaparecimento forçado. Sequestro. Crime permanente. Inocorrência da prescrição e não abrangência pela Lei de Anistia:** O desaparecimento forçado tipifica o crime de sequestro qualificado. Crime permanente, cujo termino da consumação não pode ser fixado enquanto não identificados eventuais restos mortais. Possibilidade do crime ainda estar sendo consumado. Impossibilidade de definir o termo *a quo* da prescrição. Afastamento da lei de anistia por impossibilidade de considerar o crime como praticado no lapso temporal por esta determinada.

#### **4- ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DESAPARECIMENTOS FORÇADOS DE PESSOAS, MAIO DE 2006**

**Ronaldo Procópio Alves, 30 anos**

**13 de maio de 2006**

**Parelheiros, zona sul de São Paulo**

Ronaldo Procópio Alves, 30 anos, desapareceu em **13/05/06**, por volta das 13hrs no bairro de Parelheiros. Segundo declaração de testemunhas, policiais militares da Força Tática o abordaram e o agrediram, colocando-o no “chiqueirinho” da viatura. Desde então a família nunca mais soube notícias de seu paradeiro.

**Diego Augusto Sant'Ana, de 15 anos**

**Everton Pereira dos Santos, de 26 anos**

**14 de maio de 2006**

**Guarulhos**

No dia **14/05/06**, Diego Augusto Sant'anna, 15 anos, negro, desapareceu no Bosque Maia, em Guarulhos, em companhia de **Everton Pereira dos Santos, de 26 anos**. Ambos foram abordados e detidos por policiais militares de uma viatura não identificada, na região do Bosque Maia em Guarulhos. Com relação ao desaparecimento de Diego, alguns de seus amigos disseram ao Sr. Agostinho, pai do adolescente, que o seqüestro de Diego e Everton foi realizado por policiais da Força Tática, que segundo testemunhas, ambos teriam sido abordados e levados pela viatura da Força Tática.

**Paulo Alexandre Gomes, de 23 anos**

**16 de maio de 2006**

**Itaquera, zona leste de São Paulo**

Paulo Alexandre Gomes, 23 anos, saiu de sua residência, no dia 16/05/06, por volta das 21hrs, dizendo que ia para casa da namorada Janaína. Foi visto pela última vez, na mesma noite, por volta das 23 horas. Segundo a versão de algumas testemunhas o grupo de amigos, dentre estes Paulo teriam sido abordados por policiais da ROTA que teriam agredido alguns rapazes, detido Paulo que nunca mais foi visto.As investigações da



Corregedoria afirmam ainda que, na noite de 16/05/06, nenhuma viatura da ROTA esteve nesta região, fato facilmente contestado tendo em vista que a própria família viu ao menos duas viaturas circulando na rua onde residem.

### **Semelhanças nos casos:**

- As famílias não tiveram contato com as vítimas, exceto no caso de Ronaldo, o desaparecimento ocorreu desde a apreensão das vítimas, não existe a passagem pelas Delegacias de Polícia.
- Nos quatro casos há testemunhas que teriam presenciado a abordagem e posterior detenção dos jovens, por policiais da Força Tática e Rota.
- Os quatro desaparecidos foi declarados pelos familiares como negros ou pardos. Os quatro tinham baixa escolaridade, nenhum deles completou o primeiro ciclo do ensino fundamental.
- Ronaldo, Everton e Paulo tinham passagem pela policia. Everton e Paulo estavam em liberdade condicional<sup>50</sup>, Ronaldo em liberdade provisória. Diego estava cumprindo prestação de serviço à comunidade<sup>5</sup>
- Os casos ocorreram na capital e região metropolitana de São Paulo, em regiões periféricas, onde há ausência de serviços públicos. Os bairros onde as vítimas viviam são isolados política e geograficamente.
- Os familiares não tiveram nenhuma assistência do governo, foram mal tratadas nas Delegacias de Polícia. Foram, inclusive, inquiridas acerca da vinculação das vítimas ao PCC. Ouviram insinuações da possível participação de seus familiares, nos ataques “criminosos” ocorridos, bem como em reunião ocorrida na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, na data de 12/06/07, ouviram do Diretor do DHPP de São Paulo, Dr. Domingos Paulo Neto, referindo que o desaparecido Ronaldo, “não tinha uma vida pregressa nada recomendável”.

Diante ao exposto, considerando todo esse contexto de violações de direitos humanos, entendo que a possibilidade de trazer à tona a discussão sobre os Crimes de Maio é uma oportunidade única para que nós familiares das vítimas possamos ter a chance de falar de nossa dor, nossa indignação, de nossa solidão durante este percurso rumo à verdade sobre o que de fato aconteceu com nossos parentes naquela semana de horror.



Além disso, enquanto assistente social defendo com base em um dos princípios fundamentais de nosso código de ética profissional a defesa Intransigente dos Direitos Humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Tal premissa norteou minha participação no Tribunal Popular, evento ocorrido nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008, em São Paulo e teve como objetivo se contrapor às celebrações oficiais dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao julgar o Estado Brasileiro pelas práticas sistemáticas de violações de direitos.

Nesta importante manifestação de resistência social, que envolveu mais de setenta entidades sociais, dentre elas o CRESS-SP e movimentos sociais, a discussão acerca das execuções sumárias teve centralidade na discussão, na 3ª sessão de instrução, realizada em 05 de dezembro de 2008, intitulada: ***Violência estatal contra a juventude pobre, em sua maioria negra: os crimes de maio/2006 em São Paulo e o histórico genocida de execuções sumárias sistemáticas.*** A Sessão julgou assim, as ações deliberadas de uma política que visa o extermínio moral e letal destes jovens negros e pobres.

### **CONCLUSÃO:**

Quando iniciei meus estudos acerca da violência adentrei em um universo pouco explorado pelo Serviço Social e que se apresenta como um grande desafio para as (os) assistentes sociais.

Ser assistente social e sujeito da ação, enquanto familiar de vítima, demonstrou, ao longo deste percurso que completa quatro anos em Maio de 2010, que é possível sairmos da condição de agente passivo e assumirmos a posição de sujeito da nossa história.

No intuito de “*decifrar a realidade*”, como preconiza lamamoto, nos remetemos aos sujeitos estudados no TCC, bem como as centenas que foram dizimadas em Maio de 2006, em sua maioria, executados sumariamente por policiais militares. Quando vivos, eram tratados como “refugo” de uma sociedade marcada pela desigualdade social, sendo ainda culpabilizados pelas “escolhas” que fizeram e pelo lugar que ocupam.

No que diz respeito à violência institucional, os familiares de vítimas vivenciam um total abandono do Estado; vivenciam um processo de vitimização secundária, pois não conseguem acessar seus direitos de cidadania. Estes, na maioria das vezes lhes são negados devido ao lugar que ocupam, são marginalizados pela sua condição social, e tidos como únicos culpados pela violência que atingiu seus entes queridos.



Como observamos, são sujeitos que estão assujeitados, subestimados, subordinados no exercício de sua cidadania pelo Estado. A oportunidade de participação dos familiares de vítimas no Tribunal Popular teve um papel significativo para estas pessoas, deu-lhes a chance de publicizar a injustiça cometida, sobretudo, pelo Estado que pela ação e omissão retalha suas vidas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ACQUAVIVA, Graziela, ISOLDI, Isaura. Vidas Nuas, mortes banais. Nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. Revista de Serviço Social. São Paulo, v. 23, nº 70, p. 81-91, julho. 2002.

BARCELOS, Caco. *Rota 66: A História da Polícia Que Mata*. São Paulo. Editora Record, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*, Rio de Janeiro, Editor Jorge ZAHAR, 2005.

ENDO, Paulo César. *A Violência no coração da cidade: Um estudo Psicanalítico*. São Paulo: Editora Escuta, 2005.

NOGUEIRA, Rose. (Org.). *Crimes de Maio*. 1.ed. São Paulo, 2006.

SZMYHIEL, Adriana, GOMES, Francilene. *Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem fim: um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos*. São Paulo, TCC, Serviço Social. 2007. PUC-SP.